



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

ordenamento jurídico federal já contempla a extensão do atendimento prioritário àqueles que acompanham ou prestam cuidados pessoais à pessoa com deficiência, reconhecendo a importância do suporte necessário à efetivação de seus direitos.

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, com as alterações posteriores, estabelece, em seu art. 1º, a relação de pessoas beneficiárias do atendimento prioritário e prevê, em seu § 1º, que os acompanhantes ou atendentes pessoais dessas pessoas sejam atendidos conjuntamente e de forma acessória aos titulares da prioridade. O art. 2º da mesma norma também disciplina a obrigação das repartições públicas e das empresas concessionárias de serviços públicos de assegurar atendimento prioritário, mediante tratamento diferenciado e atendimento imediato, nos termos da legislação aplicável.

Verifica-se, portanto, que a legislação federal já institui uma disciplina específica para o atendimento prioritário, contemplando tanto a pessoa com deficiência quanto aqueles que a acompanham ou lhe prestam assistência pessoal. Nesse contexto, a criação de nova hipótese de prioridade, fundada em condição distinta daquela prevista na legislação nacional, exige especial cautela, a fim de evitar sobreposição de critérios, dúvidas quanto ao alcance dos direitos assegurados e dificuldades na aplicação uniforme das regras de atendimento.

Cumpra-se observar que a proposição em análise não se limita a assegurar a prioridade à pessoa com deficiência ou ao seu acompanhante no atendimento em que ambos estejam presentes. Seu objeto consiste em conferir prioridade própria a mães, pais ou responsáveis legais que exerçam o cuidado direto, contínuo e não remunerado de pessoas com deficiência, desde que acompanhados por seus próprios filhos ou dependentes.

Essa distinção é relevante porque a legislação federal vincula a extensão da prioridade à condição de acompanhante ou atendente pessoal da pessoa beneficiária, enquanto a proposta municipal estabelece uma hipótese específica baseada na situação familiar do cuidador. Assim, embora se reconheça a relevância social da medida, sua implementação demanda critérios claros e compatibilidade com o regime jurídico já estabelecido, de modo a preservar a segurança jurídica e a isonomia no acesso aos serviços de atendimento ao público.

Além disso, a instituição de prioridade adicional deve considerar seus possíveis reflexos sobre a organização dos serviços públicos e privados abrangidos pela norma, especialmente quanto à definição dos beneficiários, à comprovação das condições exigidas e à compatibilização com as demais prioridades legalmente asseguradas. A ausência

Rua Capitão Carlos de Moura, 243, Vila Pantaleão, Caçapava - SP

CEP: 12.280-050 / Tel. (12) 3654-6656 - atl2@cacapava.sp.gov.br





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

de delimitação suficientemente precisa desses aspectos pode gerar dificuldades operacionais e interpretações divergentes, comprometendo a aplicação uniforme da medida.

Ressalte-se que o reconhecimento da importância dos cuidadores familiares não afasta a necessidade de que as medidas legislativas destinadas à sua proteção sejam estruturadas de maneira compatível com o ordenamento jurídico vigente, observando critérios objetivos, razoabilidade e tratamento isonômico aos usuários dos serviços.

Diante dessas considerações, entendo que a proposição, embora inspirada em finalidade social legítima, não se mostra suficientemente adequada, nos termos em que foi aprovada, diante da disciplina federal já existente e da necessidade de preservar a coerência, a segurança jurídica e a adequada aplicação das regras de atendimento prioritário.

Por todos as razões expostas acima, sou compelido a **vetar totalmente o Projeto de Lei nº 75/2026**, com fulcro no artigo 47 da Lei Orgânica do Município, em simetria com o § 1º do artigo 66 da Constituição Federal, o qual submeto à elevada apreciação pelo E. Plenário dessa Colenda Casa de Leis.

Respeitosamente,

YAN LOPES DE
ALMEIDA:461
53491812

Assinado de forma
digital por YAN LOPES
DE
ALMEIDA:46153491812
Dados: 2026.10.16
12:25:05 -03'00'

Dr. YAN LOPES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal